

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi divulgado pela comunicação social que a casa da família de Odair Moniz foi invadida, na noite de ontem, por agentes da PSP encapuzados e fortemente armados. Segundo foi relatado, seriam cerca de 15 os agentes que se aproximaram do apartamento e arrombaram e destruíram a porta, tendo três dele entrado na casa. Já no interior, os agentes terão destruído mobília e agredido duas pessoas, uma rapariga de 19 anos e um amigo da família. Terá sido a companheira de Odair quem conseguiu que os agentes saíssem do apartamento, sendo que a PSP terá voltado cerca de uma hora depois. Nessa altura, já a advogada da família se encontrava no apartamento.

De acordo com a advogada da família de Odair, os agentes não se encontravam identificados e não exibiram qualquer mandado judicial para a realização desta diligência. Acrescentou, ainda, que o agente que falou com a viúva de Odair terá pedido para que a família fizesse “um luto cívico”.

A confirmarem-se, estes factos são gravíssimos e violam de forma flagrante os mais elementares direitos dos cidadãos, o Estado de Direito e a confiança da sociedade nas forças de segurança. Para além da morte de um cidadão baleado pela polícia – cujas circunstâncias terão que ser devidamente escrutinadas -, podemos estar perante uma operação policial que não cumpriu a lei e que, portanto, foi ilegal, desproporcional e desnecessária.

Como já temos defendido, os episódios de violência e brutalidade policial devem merecer a atenção do poder político e devem ser alvo do mais amplo escrutínio público, não só porque cada cidadão e cidadã deve ver os seus direitos respeitados e aceder à justiça, como pelo risco de se criar uma mácula sobre todos os elementos das forças de segurança.

Esta situação exige esclarecimento, pelo que atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Administração Interna, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Quais as razões que motivaram esta operação da PSP?
3. Quem ordenou a execução desta operação?
4. Considera o Ministério que esta operação, nos termos em que decorreu, era necessária, adequada e proporcional?
5. Foi esta operação autorizada por entidade judiciária e acompanhada do respetivo mandado?
Em caso afirmativo, foi o mandado exibido?
6. Por que razão não estavam os agentes devidamente identificados?
7. Foi instaurado um processo de inquérito e identificados os agentes envolvidos?

Palácio de São Bento, 23 de outubro de 2024

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)